

[EM ALTA](#)[MERCADOS](#)[EXPECTATIVA DE INFLAÇÃO](#)[PÁTRIA/CREDIT SUISSE](#)[NUBANK/ITAÚ](#)

Crédito privado tem mais assimetria de informação do que mercado de ações, diz Amec

Associação, que vê falta de acesso a dados no mercado secundário e conflitos de interesses entre participantes, busca formar comissão para discutir temas do segmento

Por [Rita Azevedo](#), Valor — São Paulo

28/05/2024 14h02 · Atualizado há 5 horas

A **assimetria de informações** é um dos grandes desafios para investidores do **mercado de capitais**, mas, no caso de investidores em **crédito privado**, o problema é ainda maior do que os que investem em **ações**, segundo **Fábio Coelho**, presidente da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (**Amec**).

“Olhando apenas para o mercado secundário, os investidores não conseguem ter informações tempestivas sobre a qualidade de crédito, sobre a empresa”, afirma Coelho. “Percebemos também uma dinâmica de conflito de interesses entre os participantes do mercado. Enquanto que no mercado de ações são poucos participantes em cada operação, no de crédito há muito mais. Por isso, é preciso mitigar os conflitos de interesses para que não seja privilegiado um credor ou outro.”

Leia também:



Coelho, da Amec: necessidade de mitigar conflitos de interesses para que não seja privilegiado um credor ou outro — Foto: Divulgação

A entidade está construindo uma comissão específica para discutir temas relacionados ao crédito privado e propor sugestões de melhorias ao mercado, diz Coelho. Gestores que atuam nessa área serão convidados a participar do grupo, que ainda não tem um número de participantes definido.

“A gente está acostumado a fazer essas discussões sobre o mercado de ações. A experiência que acumulamos faz com que a gente tenha um jeito de pensar conforme o problema. Se é uma questão de unificação de ações ou migração para o **Novo Mercado**, por exemplo, sabemos o que pode melhorar, já que são questões que discutimos muitas vezes. Já no crédito ainda não temos experiência.”

Uma das primeiras medidas da Amec nessa nova área de atuação foi uma reunião realizada na última quinta-feira sobre os atrasos no pagamento relacionados aos **Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) com lastro em contrato de aluguel entre a Vibra Energia e a incorporadora Confidere**. A entidade chamou uma sessão extraordinária da comissão técnica para discutir o tema.

Questionado, Coelho não fez comentários específicos sobre o caso **Vibra** e disse que a criação da comissão não tem relação com o episódio. “Começamos a nos debruçar sobre o mercado de crédito privado em 2022. Casos como o da **Americanas** e da **Light** foram alguns dos aceleradores para a criação da comissão. Certamente, os investidores dos CRIs serão beneficiados pelas discussões”, afirma.

Em abril, a Vibra arrematou em leilão o seu edifício sede, localizado no Rio de Janeiro, cujo contrato de locação servia de lastro aos CRIs. Em seguida, a companhia informou que deixaria de pagar os aluguéis do local. A avaliação da Vibra é que, a partir do certame, criou-se o chamado instituto de confusão, com o locador e o locatário sendo a mesma entidade e o contrato sendo extinto. O contrato de locação do prédio foi firmado na modalidade “built to suit” (BTS). Nesse tipo de contrato, a empresa se compromete a pagar o aluguel do local por um período determinado — no caso da Vibra, o acordado foi 18 anos. A construção foi feita pela incorporadora Confidere, que cedeu aluguéis como lastro para obter o financiamento da obra. As securitizadoras que atuaram na operação são **Opea** e **Bari**.

Em nota enviada ao **Valor** no dia 16 de maio, a empresa ressalta que “não tem nenhuma relação com uma operação comercializada de modo a gerar expectativa de estar sujeita unicamente ao risco de crédito da Vibra” e que se trata de “um caso extraordinário de CRI emitido sem nenhuma garantia além do patrimônio da própria Confidere e de seus sócios”.